

PARECER DO SEGMENTO USUÁRIO – INDÚSTRIA – REFERENTE AO PEDIDO DE VISTA DA PROPOSTA DE RESOLUÇÃO QUE PRETENDE ESTABELECEER DIRETRIZES PARA A INTEGRAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS DE OBTENÇÃO DA OUTORGA DE DIREITO DE USO DE RECURSOS HÍDRICOS COM OS DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL, FORMULADO PELA CONSELHEIRA MARIA CRISTINA YUAN, NA PLENÁRIA DO CNRH, DE 18 DE JULHO DE 2005

Vimos apresentar a esse egrégio Conselho as razões pelas quais solicitamos vista da proposta de resolução encaminhada à apreciação do Plenário do CNRH, em 18.07.05, que visou a estabelecer diretrizes para a integração dos procedimentos de obtenção da outorga de direito de uso de recursos hídricos com os de licenciamento ambiental.

Preliminarmente, importa destacar que a proposta de resolução extrapola de sua competência, ao impor procedimentos aos órgãos integrantes do SISNAMA, como fazem os seus artigos 1º, 2º, 4º e 5º. Aliás, essa questão foi muito discutida na Reunião Conjunta de Câmaras Técnicas do CNRH (CTIL) e do CONAMA (CTAJ), ocorrida em 11 de julho p.p, quando alguns participantes questionaram a legitimidade de apenas um dos Conselhos envolvidos editar a resolução em apreço, já que a norma se destinava aos órgãos integrantes não só do SNGRH como também do SISNAMA.

Com efeito, com a devida vênia ao Parecer CGAJ / CONJUR / MMA / 2005 , do Advogado da União, Dr. Valter Otaviano da Costa Ferreira Junior, que entendeu caber ao CNRH disciplinar a questão - a minuta de resolução submetida à apreciação do Plenário do CNRH fixa procedimentos a serem adotados por órgãos do SISNAMA, não podendo, portanto, com este teor ser aprovada pelo CNRH. Na verdade, cabe lembrar que essa proposta de resolução resultou de iniciativa do CONAMA que, no entanto, entendeu por bem ouvir o CNRH, ao verificar a possibilidade de invadir a competência desse Conselho.

Ressaltamos a louvável iniciativa de se propor uma integração entre os instrumentos de gestão ambiental com aqueles de recursos hídricos. Integração essa que reforça a necessária análise sistêmica dos processos de licenciamento ambiental e de outorga pelo uso de recursos hídricos e que objetiva propiciar ao empreendedor maior clareza dos procedimentos a serem seguidos para obtenção dessas autorizações. Entretanto, acreditamos que tal como a proposta se apresenta, essa intenção fracassa na medida em que desconsidera procedimentos de integração já plenamente operados por alguns Estados, especialmente no que se refere aos procedimentos de outorga para usos das águas de seus domínio. Desconsidera, assim preceito da Constituição que lhes atribuiu plena autonomia administrativa e organizacional.

É preciso lembrar ainda que, tanto a outorga do uso da água como a licença ambiental podem ser deferidas pela União ou pelo Estado, em

razão, respectivamente, da dominialidade ou da competência legal. Dessa forma, a Resolução proposta não oferece solução satisfatória para as situações em que a licença ambiental é de competência federal e a outorga estadual, ou vice-versa, mesmo considerando a integração meramente processual desses atos administrativos.

Outrossim, mais que a busca de um ato administrativo que possa apresentar fluxos de processos e procedimentos burocráticos, esse egrégio Conselho deve fomentar a implementação de um Sistema de Informações hídricas e ambientais, sistêmico e integrado em nível nacional. Aliás, é assim que se implementam, por exemplo, os instrumentos das políticas públicas de segurança e de saúde.

Com relação especificamente ao texto da resolução, há inúmeros pontos que, a nosso ver, merecem ser reavaliados.

Considerando a já mencionada complexidade de integração dos atos administrativos, devido especialmente à questão da dominialidade das águas, o receio da Indústria é que, no intuito de agilizar procedimentos, a resolução em exame resulte por torná-los ainda mais lentos e burocráticos, visto que ela não apresentou uma explicitação lógica do modo como deverá realizar-se essa integração nem tampouco estabeleceu prazos para atuação dos órgãos competentes.

Apenas disse, em última análise, que a outorga deve ser apresentada previamente à obtenção da licença ambiental, conforme disposto em seus artigos 4º e 5º. No entanto cabe perguntar: será no ato da protocolização do requerimento ? Ou quando o órgão licenciador for expedir a licença ? A não definição do momento exato da apresentação da outorga faz muita diferença para o empreendedor, diante do lapso de tempo que geralmente decorre desde o pedido até a emissão do competente ato administrativo.

Por outro lado, o *caput* do art.5º está conflitante com o seu parágrafo único. Veja-se que ele exige a outorga para obtenção da *licença de operação*. No entanto, o seu parágrafo único torna praticamente obrigatório que a outorga seja dada já para a obtenção da *licença de instalação*, uma vez que os empreendimentos, antes de entrarem em operação, precisam ser *implantados*.

E, afinal, o art. 7º conflita manifestamente com todo o corpo da resolução, em especial com os artigos 4º e 5º, já que permite que os atos de outorga e de licença sejam expedidos concomitantemente.

Em suma - como se demonstrou acima -, a proposta de resolução limita-se a estabelecer que a outorga deverá preceder a concessão da licença. Ora, essa regra já está, desde 1997, prevista na Resolução nº 237 do CONAMA, no § 1º do seu art. 10 que assim dispõe:

“§ 1º - No procedimento de licenciamento ambiental deverá constar, obrigatoriamente, a certidão da Prefeitura Municipal, declarando que o local e o tipo de empreendimento ou atividade estão em conformidade com a legislação

aplicável ao uso e ocupação do solo e, quando for o caso, a autorização para supressão de vegetação e a outorga para o uso da água, emitidas pelos órgãos competentes.”

À vista do exposto, recomenda-se que a proposta de resolução retorne às competentes Câmaras Técnicas, para reexame, observadas as considerações deste Parecer, as formuladas na reunião conjunta CTOL/CTAJ de 11/07/2005 e na Plenária desse Conselho, em 18/07/2005 e aquelas apresentadas no Parecer do representante do Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado da Bahia, que também solicitou vistas. Propõe-se, ainda que o Conselho Nacional de Recursos Hídricos encaminhe ao Ministério do Meio Ambiente solicitação para que coordene programa destinado a integrar os Sistemas Nacionais de Informações das áreas de meio ambiente e de recursos hídricos.

Rio de Janeiro, 25 de agosto de 2005.

Maria Cristina Yuan
Conselheira